

# SUMÁRIO



**GHC**

*Assistente Social*

## LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli .....	1
Ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch.....	1
Linguagem e comunicação: situação comunicativa, variações linguísticas .....	2
Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi.....	3
Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch .....	23
Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos .....	24
Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto 6.583/2012) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete.....	25
Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra .....	37
Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra .....	42
Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra .....	52
Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla .....	70
Sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra .....	80
Sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra .....	83
Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos .....	86
Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra .....	86
Questões .....	91
Gabarito.....	101

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



## POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Constituição Federal: Artigos 196, 197, 198, 199 e 200 .....	1
Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e suas alterações – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências .....	3
HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização .....	22
Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 330, de 4 de novembro de 2003 – Aplica os princípios e diretrizes para a norma operacional básica de recursos humanos para o SUS (NOB/RH-SUS) como política nacional de gestão do trabalho e da educação em saúde, no âmbito do SUS .....	27
Lei nº 10.741/2003 e suas alterações – Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências .....	28
Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009 – Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra .....	48
Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011 – Institui no âmbito do SUS a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).....	54
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) .....	58
Portaria GM/MS nº 230, de 7 de março de 2023 – Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no SUS .....	90
Portaria GM/MS nº 1.526, de 11 de outubro de 2023 – Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do SUS .....	96
Questões .....	116
Gabarito.....	123

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O trabalho do(a) assistente social com as diferentes expressões da questão social apresentadas como demandas cotidianas nas políticas sociais.....	1
Sistema Único de Assistência Social .....	1
Política Nacional do Idoso .....	11
Estatuto da Pessoa Idosa .....	16
Estatuto da Criança e do Adolescente .....	36
Políticas afirmativas.....	103
Política Nacional de Assistência Social .....	103
Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).....	112
Serviço Social na saúde .....	136
Instrumentais técnico-operativos do Serviço Social .....	138
Fundamentos histórico-metodológicos do Serviço Social .....	143
Estado e direitos sociais; Fundamentos sóciohistóricos das políticas sociais no Brasil .....	146
Pesquisa e Planejamento Social (plano, programa e projeto); Supervisão em Serviço Social.....	151
Laudos e pareceres sociais; Serviço Social e interdisciplinaridade.....	154

# SUMÁRIO



Trabalho e formação profissional .....	158
Questão Social; Políticas Públicas e Sociais e Serviço Social.....	158
Seguridade Social .....	163
Projeto ético-político profissional; Código de Ética do/a Assistente Social .....	171
Lei Federal nº 8662/1993 - regulamentação da profissão.....	184
Questões .....	189
Gabarito .....	197

# SUMÁRIO



As ideias de leitura, interpretação e relação entre textos de gêneros textuais diversos estão relacionadas ao estudo da compreensão e análise de textos. Nesse sentido, as habilidades de leitura são essenciais para compreender um texto, identificar sua estrutura, saber interpretar seu conteúdo e estabelecer relações com outros textos.

No que diz respeito aos gêneros textuais, é importante reconhecer que cada tipo de texto apresenta características próprias, como estrutura, linguagem e finalidade. Ao ler um texto, é necessário levar em consideração essas características para compreender adequadamente o que está sendo comunicado. Além disso, a leitura e interpretação de diferentes gêneros textuais permite ao leitor ampliar seu repertório de linguagem e de conhecimento.

Outro aspecto importante é a distinção entre fato e opinião. Enquanto o fato é algo comprovado e indiscutível, a opinião representa uma posição pessoal sobre algo. A capacidade de identificar essa distinção é fundamental para uma leitura crítica e para uma análise adequada do texto.

A intencionalidade discursiva se relaciona com a intenção do autor ao produzir um texto. O autor pode buscar informar, persuadir, emocionar, entre outros objetivos. Ao compreender a intencionalidade discursiva, o leitor pode entender melhor o propósito do texto e como esse propósito influencia suas características.

A análise de implícitos e subentendidos se refere à capacidade de identificar informações que não estão explícitas no texto, mas que podem ser inferidas a partir do contexto e dos elementos linguísticos utilizados. Essa habilidade permite ao leitor compreender as entrelinhas do texto e captar mensagens que não estão explicitamente ditas.

Por fim, a análise de efeitos de sentido diz respeito à compreensão das estratégias utilizadas pelo autor para criar determinado efeito no leitor. Esses efeitos podem ser emocionais, persuasivos, irônicos, entre outros. Ao analisar os efeitos de sentido, é possível compreender como o texto é construído para atingir seus objetivos.

José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli são estudiosos da área de linguística e da análise do discurso. Suas obras contribuem para a compreensão dos aspectos mencionados acima, fornecendo bases teóricas e exemplos práticos para o estudo da leitura, interpretação e análise de textos.



### Ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch

As ideias principais são os pontos principais que sustentam o argumento central do texto. São as afirmações mais relevantes e significativas que o autor pretende transmitir ao leitor. Já as ideias secundárias são aquelas que desempenham um papel de apoio às ideias principais, fornecendo informações adicionais ou exemplos para reforçar o argumento central.

Quanto aos recursos de argumentação, Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch são estudiosos da linguagem e da argumentação e têm diferentes contribuições para a compreensão desse tema. Eles podem utilizar diversos recursos argumentativos, tais como:

1. Citações de outros estudiosos ou autoridades no assunto: Para reforçar a validade e a autoridade das ideias apresentadas, eles podem citar outros pesquisadores ou especialistas no assunto que sustentem suas argumentações.

2. Exemplos e ilustrações: Para tornar seus argumentos mais concretos e compreensíveis, podem utilizar exemplos e ilustrações para mostrar como as ideias se aplicam na prática.

3. Dados estatísticos e evidências empíricas: Para embasar suas afirmações, podem utilizar dados estatísticos ou evidências empíricas que demonstrem uma tendência ou um padrão relacionado ao tópico abordado.



## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

(...)

### SEÇÃO II DA SAÚDE

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (Vide ADPF 672)

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

§ 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento); (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 155 e 156-A e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, "a", e II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 156 e 156-A e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, "b", e § 3º. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

§ 3º Lei complementar, que será reavaliada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000) Regulamento

I - os percentuais de que tratam os incisos II e III do § 2º; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)

II - os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

III - as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

IV - (revogado) . (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 86, de 2015)



## Conhecimentos Específicos

O assistente social é um profissional que atua em diversas áreas, sendo que sua principal atividade é lidar com as demandas sociais e as desigualdades presentes na sociedade. Ele atua na mediação entre o Estado e a sociedade civil, visando à implementação de políticas públicas que garantam direitos e melhorem a qualidade de vida das pessoas.

Entre as áreas de atuação do assistente social, destacam-se a saúde, a educação, a assistência social, a previdência, a habitação, a cultura e o meio ambiente. Em cada uma dessas áreas, o profissional deve ser capaz de desenvolver estratégias de intervenção que contribuam para o fortalecimento das relações sociais, para a ampliação da participação popular e para a promoção da justiça social.

No âmbito das relações entre Estado e sociedade, o assistente social tem o papel de defender os interesses da população mais vulnerável e de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Para isso, ele deve estar sempre atento às demandas sociais e às transformações políticas, econômicas e culturais que afetam a vida das pessoas.

Entre as principais demandas profissionais do assistente social no âmbito das relações entre Estado e sociedade, destacam-se a participação nos conselhos de políticas públicas, o desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre a realidade social e a elaboração de projetos e programas que atendam às necessidades da população.

O assistente social deve estar preparado para atuar em emergências e de crise, desenvolvendo estratégias de intervenção que visem à proteção e à promoção dos direitos humanos. Para isso, ele deve ter um conhecimento amplo das políticas públicas e dos direitos sociais, bem como das estratégias de mobilização e organização popular.

A atuação do assistente social no âmbito das relações entre Estado e sociedade é fundamental para a promoção da cidadania, da justiça social e da democracia participativa. Cabe a esse profissional estar sempre atualizado e comprometido com a defesa dos direitos humanos e com a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.



## Sistema Único de Assistência Social

O **Sistema Único de Assistência Social (SUAS)** é uma política pública nacional regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – **Lei nº 8.742/1993**, que estabelece os direitos de cidadania e os princípios que regem o sistema de proteção social no Brasil. O SUAS organiza e garante o provimento de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais voltados para famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social.

### — Princípios e Diretrizes da Assistência Social (LOAS)

#### – Princípios da Assistência Social segundo a LOAS

Os princípios estabelecidos pela LOAS orientam a oferta de assistência social no Brasil, refletindo os direitos dos cidadãos e as obrigações do Estado. São eles:

#### 1. Universalização dos Direitos Sociais:

- A assistência social deve ser acessível a todos os cidadãos, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo a universalização dos direitos sociais. O objetivo é assegurar a equidade no acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais, priorizando as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social.